

A intencionalidade de juízos e enunciados éticos em G. E. M. Anscombe

Henrique Lenon Moreira Pinheiro; Juliano Santos Do Carmo

Universidade Federal de Pelotas – lenonmp47@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas – juliano.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Meu interesse neste tópico surgiu a partir de meus estudos de lógica e filosofia da linguagem sob a orientação do professor Juliano do Carmo, o livro *Intenção* (1957) de autora Gertrude Elizabeth Margaret Anscombe, revela-se por ter o campo fértil para as pesquisas com o assunto que são do meu interesse, o texto recém traduzido, para língua portuguesa, se torna ainda mais atrativo.

Neste trabalho, me debruço sobre o tema da intencionalidade de Juízos e enunciados morais, amplamente trabalhados na obra *Intenção*, de G. E. M. Anscombe em 1957. A autora ingressou na Universidade de Oxford em 1937 e foi aluna de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein, em Cambridge, a partir de 1942, e em 1947 foi bolsista de investigação em Oxford. A professora e pesquisadora trabalhou como filósofa na área da filosofia analítica, no Reino Unido, e lecionou na universidade de Cambridge entre 1970 e 1986.

O foco principal do texto trata sobre definir o conceito de intenção, a começar pelo método de definição negativa (que consiste em distingui-lo de outros conceitos, que em determinadas situações se apresentam de forma similar). Dividido em vários capítulos, a obra através de uma intensa elucidação, trabalha sobre as implicações que a intencionalidade dos juízos morais têm sobre certos tipos de enunciados, e suas limitações com fronteiras com outros conceitos.

A influência de Wittgenstein se mostra em alguns momentos de sua obra, especialmente no que diz respeito a discussão a suposta privacidade da intencionalidade, pois em geral temos uma forte intuição, de que temos acesso às ações da pessoa, que em muitos casos pode ser destoante de suas intenções originais, ou apenas uma parte das ações, o que pode muitas vezes ser insuficiente para que uma conclusão seja encontrada. Partindo disso, para que se chegue mais próximo de uma resposta satisfatória, à pergunta “porquê?” deve ser tomada como necessária para mostrar um sentido, que então mostre a direção da intenção. Com isso torna-se possível dizer que por ações involuntárias não serem dotadas de um “porquê?”, essas se encontram a parte de qualquer tipo de intenção, ao contrário das ações voluntárias. Três exemplos de ações involuntárias podem ser: “1. O tipo estranho de espasmo ou sobressalto que o corpo dá, às vezes, quando se está adormecido; 2. Ele tirou sua mão num movimento de recuo involuntário; 3. O benefício involuntário que lhe provoquei com um golpe em que pretendia feri-lo.” (*Intenção*, Anscombe, pág. 35/36), o que reforça que as consequências de uma atitude não são suficientes sem que se tenha o “porquê?”, o que não foi satisfeito nos dois últimos exemplos, enquanto no primeiro além da ausência da questão, se tinha uma ausência de consciência. Nasce disto, uma necessidade de clarificar noções de conhecimento observável, e não-observável, tendo como exemplos para o último: “qualquer que seja o movimento de um membro do corpo, ou, quando um Arquiteto/ Engenheiro dá as ordens do que deve ser feito na construção sem que nunca tenha visto o

processo (confiando que está tudo sendo feito conforme é instruído). Dessa forma é possível entender que a observação serve como meio de qualificar que o fim seja melhor alcançado, mas contanto que a ação tenha a questão do “porquê?” satisfeita, é possível caracterizá-la como intencional.

Tampouco podemos dizer: “-pois bem, a 'razão' para um movimento é uma causa, e não uma razão no sentido de 'razão para agir', quando o movimento é involuntário, e é uma razão, em oposição a uma causa. quando o movimento é voluntário e intencional.” Isso se deve, em parte, ao fato de que, seja como for, todo o objetivo da investigação é realmente delimitar tais conceitos como o voluntário e o intencional e, em parte, ao fato de que também é possível dar uma “razão” que é apenas uma “causa” para o que é voluntário e intencional. Por exemplo: “por que você está andando para cima e para baixo dessa maneira?” - “É aquela marcha militar, ela me deixa animada”. Ou: “no fim das contas, o que fez você assinar o documento?” - “O pensamento é meu dever” ficou martelando na minha cabeça até que eu disse: “não posso fazer diferente”. e então eu assinei.”

É bastante usual escutar que isso e aquilo são o que chamamos de “razão para agir” e que agir por razões é “racional” ou é “o que chamamos de racional”, mas essas observações comumente têm, em sua maioria, um significado moralista (e moralismo, como Bradley observou, é ruim para o pensamento) e, ademais, elas deixam nossos problemas conceituais intocados, ao mesmo tempo em que pretendem dar uma rápida explicação. De todo modo, esse subterfúgio não é sequer plausível, já que tais observações não contêm nenhuma pista do que seja agir por razões. (G.E.M. Anscombe, *Intenção*, pág. 32/33).

A questão do “porquê?”, tem tanta importância, pois esta aponta a finalidade que uma pessoa (ou animal de forma mais rudimentar, por não conseguir formalizar em uma linguagem) tem ao agir. Essa finalidade é identificada como três possibilidades: Agradável, convém e por dever. Sendo motivos de finalidades tão reconhecidas que o primeiro é usado na teoria ética utilitarista, a última é usada na teoria ética Kantiana. Dessa forma sem que se tenha um “porquê?” (finalidade), não se satisfaz as condições necessárias para que uma atitude seja tomada como intencional, mesmo se esta for voluntária e observável (como quando alguém faz algo apenas por fazer). Torna-se necessário a elucidação acerca do conceito de “Descrição da ação”, termo esse surge para explicar uma cadeia de atitudes necessárias uma para outra, em virtude de uma mesma finalidade, por exemplo: Quando me encontro escrevendo um texto avaliativo, minha intenção se encontra quando tenciono os músculos e tendões do meu braço, antebraço e mão, quando passo a caneta sob o papel, desenhando símbolos nele, ou para ter êxito e passar na avaliação? A resposta adequada seria de que essas ações são, portanto, descrições de uma ação, necessariamente por todas serem feitas em busca de uma mesma finalidade (que seria passar na avaliação, o que satisfaria um dos três exemplos possíveis, citados acima).

Então, os termos “deveria”, “convém” e “agrada-vel” de Aristóteles são caracterizações daquilo a que se aplicam como algo desejável. Essa caracterização tem a consequência de que nenhuma questão posterior “para quê?”, relacionada à característica que assim ocorre numa premissa, exige uma resposta. Vimos que, pelo menos às vezes, uma descrição de um objeto que se quer está sujeita a essa questão, isto é, essa questão sobre a descrição exige uma resposta. Essa é então, a

razão por que as formas aristotélicas do silogismo prático nos dão essas primeiras premissas. (G.E.M. Anscombe, *Intenção*, pág. 128)

Por outro lado, quando se trata dos atos de fala, existe uma distinção dada a partir de uma definição simples: o tempo. Ao se tratar de expressões que têm por motivo uma orientação ao passado, não são intencionais, justamente por que quando o motivo é voltado ao passado, são chamados de interpretativos por carregarem noções de bem e mal. Ao se tratar das expressões no presente, não se tem muito a acrescentar quando em comparação com outros tipos de ações (a não ser questões próprias da linguagem). Já ao se voltar aos enunciados futuros, é tênue a linha entre até onde vai o conceito até agora trabalhado de “intenção”, e o de “crença”, como por exemplo quando digo que comprarei um carro novo em uma semana, todavia por conta da causalidade, não temos acesso aos fenômenos futuros, e uma grande despesa mais urgente me impossibilite de fazer tal compra. Ainda é possível que eu esteja certo de que vou fazer algo que não quero fazer, como por exemplo, ao ser torturado, ter certeza de que cederá a informação, por mais que não queira.

É importante ressaltar que a obra “How to do things with word”(1962) de J.L. Austin, foi de alguma forma influenciada pela obra de Anscombe, nesta obra, Austin apresenta sua teoria dos atos de fala (tal teoria será utilizada como complementar para o presente trabalho, especialmente porque trata-se de uma perspectiva que depende uma elucidação do conceito de intencionalidade). Entendo como importante ressaltar que a obra de Anscombe é de suma importância para várias áreas da filosofia, como principalmente: Filosofia da psicologia e da ação, filosofia da linguagem, filosofia da mente e ética. Muito embora o foco do trabalho seja em ética e filosofia da linguagem, será importante considerar esses pontos durante a pesquisa.

2. METODOLOGIA

Foi usada a forma de análise qualitativa, onde mantive meu foco sobre o texto *Intenção*, através de leituras, releituras, fichamentos e o uso de títulos complementares para entender a compreender melhor a obra de Anscombe.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao me dedicar ao estudo sobre a obra, através de leituras e fichamentos, compreendi que a *Intenção* é um conceito que carrega consigo muitos tópicos de amplo campo reflexivo. Afinal, antes de falar sobre a intencionalidade dos enunciados morais é necessário se ter uma ideia clara sobre o próprio conceito de *Intenção*.

Devido à intenção ser supostamente privada (visto que talvez esta se encontra na mente), o questionamento “porquê?” ajuda na explanação do conceito. Casos de conhecimento observável e não observável, tem implicação sobre ações voluntárias ou não voluntárias, indicam a existência ou não de finalidades, como as respostas aos porquês. As descrições como sendo apenas partes de uma ação intencional, e por fim as consequências da similaridade, que as expressões de crenças e intenções têm quando referidas ao tempo futuro.

4. CONCLUSÕES

A presente investigação iniciou recentemente, então posso apresentar apenas conclusões parciais, como o reconhecimento de que o conceito de intencionalidade é fundamental para compreender juízos e enunciados morais, e também, outros tópicos de interesse filosófico (filosofia da psicologia e da ação, filosofia da linguagem, filosofia da mente e ética), que serão trabalhados no decorrer desta investigação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

Anscombe, G.E.M. **Intenção**. Editora: Associação Filosófica Scientiae Studia, 2023.

J. L. Austin. **Quando Dizer É Fazer**. Editora: Artes Médicas Sul, 1990.

William G. Lycan. **Filosofia Da Linguagem: Uma Introdução Contemporânea**. Editora: Edições 70, 2018, Ed 3.

Stephen P. Schwartz. **Uma Breve História Da Filosofia Analítica: De Russell A Rawls**. Editora: Loyola, 2017.

Alexander Miller. **Filosofia Da Linguagem**. Editora: Paulos, 2020, Ed 2.

K. T. Maslin. **Introdução À Filosofia Da Mente**. Editora: Artmed, 2009, Ed 2.